

Arquivo recebido em  
5 de outubro de 2012  
e aprovado em  
10 de novembro de 2012

V. 2 - N. 4 - 2012

\* Graduado em Teologia e em Letras, mestre em Ciências da Religião pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP), doutor em Teoria e História Literária pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e pós-doutor em História da Leitura pela Universidade Nova de Lisboa, Portugal. Professor no Seminário Presbiteriano do Sul, Campinas, SP e na graduação e pós-graduação em Letras na Universidade Presbiteriana Mackenzie, SP. Principais trabalhos publicados: FERREIRA, J. C. L.; ZABATIERO, Júlio Paulo Tavares. Bíblia, literatura e linguagem. São Paulo: Paulus, 2011; FERREIRA, J. C. L., (Org.) . Cadernos de Pós-Graduação em Letras. São Paulo: Editora Mackenzie, 2011; FERREIRA, J. C. L., História da leitura e protestantismo brasileiro. São Paulo: Paulinas Editora/Editora Mackenzie, 2010.

## Estética da recepção como exemplo de contribuição da teoria literária para a teologia exegética

João Leonel\*

### Resumo

Este artigo investiga o diálogo entre Literatura e Teologia a partir da especificação desses campos em Teoria Literária e Teologia Exegética, respectivamente, no contexto brasileiro. Inicialmente apresenta-se as especificidades e diferenças conceituais entre os dois campos. Em seguida, aponta-se os elementos aproximativos derivados de abordagens norte-americanas e europeias. Por fim, propõe-se que o diálogo se construa a partir da aplicação de princípios literários da Estética da Recepção e apresenta-se um exemplo de análise textual.

**Palavras chaves:** Teoria Literária, Teologia Exegética, diálogo, Estética da Recepção.

### Abstract

This paper investigates the dialogue between Literature and Theology from the specification of these fields in Literary Theory and Exegetical Theology in the Brazilian context. Initially we present the specificities and conceptual differences between the two camps. Then, we point the approximate elements,

derived from North American and European approaches. Finally, we propose that the dialogue is built from the application of literary principles of Aesthetics of Reception and we present one example of textual analysis.

**Key words:** Literary Theory; Exegetical Theology; dialogue; Aesthetics of Reception.

Porque que tudo que invento já foi dito  
nos dois livros que eu li:  
as escrituras de Deus,  
as escrituras de João.  
Tudo é Bíblias. Tudo é Grande Sertão<sup>1</sup>.  
(Adélia Prado).

## Introdução

**E**ste artigo parte do questionamento a respeito da possibilidade da Literatura contribuir com a Teologia. Para respondê-la, proponho uma especificação dos campos relacionando a Literatura não com a Teologia em seu sentido pleno e amplo, ou mesmo com a Teologia Dogmática ou Sistemática, mas com a Teologia Exegética, como os protestantes a nomeiam, ou Sagrada Escritura, mais comum entre católicos. Assumo, pragmaticamente, o verso de Adélia Prado: “Tudo é Bíblias. Tudo é Grande Sertão” presente na epígrafe.

A epígrafe citada me conduz a outra observação. Para meus propósitos penso ser mais adequado, em lugar da relação Literatura – Teologia/ Teologia Exegética, propor a relação Teoria Literária – Teologia Exegética. Isso porque, enquanto a Literatura é um campo definido pela produção literária de cunho artístico/ficcional, a Teologia é uma ciência que procura sistematizar conteúdos e conhecimentos a partir de determinadas obras, os textos canônicos definidos por segmentos religiosos. Dessa forma, há um desequilíbrio entre os elementos. O primeiro – Literatura – é compos-

---

1. *A invenção de um modo*. In: *Bagagem*. Rio de Janeiro: Record, 1976.

to por textos e o segundo – Teologia – se caracteriza por uma série de propostas teóricas voltadas para a análise de textos.

Poderíamos pensar a questão como a relação entre “arte e ciência”. Nesse caso, a definição desses termos pelo crítico literário Terry Eagleton é ilustrativa:

A diferença entre a ciência e a arte não é que elas lidam com objetos de estudo diferentes, mas que lidam com os mesmos objetos de modo diferente. A ciência nos fornece conhecimento conceitual de uma situação; a arte nos proporciona a experiência dessa situação [...]².

Portanto, não julgo ser adequado relacionar o texto literário, que é arte e, como tal, veicula experiências relativas a certas situações, com outro elemento, a Teologia, de caráter conceitual e interpretativo, que analisa essas mesmas situações. Ou colocamos em relação textos artísticos, sejam eles produção bíblica ou secular, ou relacionamos elementos teóricos de análise – Teoria Literária e Teologia Exegética. Escolho a segunda opção.

Especificando ainda mais o quadro comparativo, tomo a Teologia Exegética conforme concebida e utilizada por segmentos protestantes conservadores brasileiros. E, da outra ponta da comparação, opto por uma vertente teórica entre tantas outras da Teoria Literária para compor o quadro – a Estética da Recepção.

Para o desenvolvimento do artigo, inicialmente indicarei de forma sucinta aspectos divergentes entre a Teoria Literária e a Teologia Exegética; em seguida traçarei os elementos de identidade entre os dois campos e, ao final, apresentarei um exemplo de como a Estética da Recepção pode ser útil na interpretação de textos bíblicos.

---

2. EAGLETON, Terry. *Marxismo e crítica literária*. Tradução de Matheus Corrêa. São Paulo: Editora Unesp, 2011, p. 39.

## **Divergências entre Teoria Literária e Teologia Exegética – (T.L e T.E)<sup>3</sup>**

Antes de relacionar T.L. e T.E. é necessário estabelecer as especificidades de cada uma delas, uma vez que guardam importantes diferenças. Tal constatação não impede a relação, pelo contrário, apresenta espaços dentro das elaborações exegéticas que convidam, em minha opinião, a Teoria Literária a preenchê-los. Obviamente as considerações não serão exaustivas, antes operando como ilustrações da relação entre as teorias em análise.

Tanto a T.L. quanto a T.E. possuem um grande número de variações teóricas, embora a segunda seja mais polarizada. Devo dizer que as observações a respeito de ambas passam por minha experiência e formação. Embora fale genericamente em certos momentos, é necessário esclarecer que pessoalmente não apenas conheço como utilizo vários elementos do criticismo bíblico, mas para efeito de comparação e diálogo, citarei os aspectos conservadores da T.E., posto que é nesse contexto que boa parte das igrejas evangélicas tradicionais, como as presbiterianas, as batistas e segmentos das metodistas trabalham. É a partir desse foco que proporei o diálogo com a T.L.

o mesmo modo, apresentarei elementos básicos da T.L. para em seguida focar alguns aspectos da Estética da Recepção.

Começemos com as diferenças.

A T.E., a partir de sua hermenêutica e exegese, procura determinar o sentido de termos e textos. Segundo o manual de Louis Berkhof, original publicado nos EUA em 1940, livro de caráter conservador ainda usado em escolas teológicas protestantes no Brasil:

É da mais alta importância entender-se que a Escritura *tem apenas um sentido* e que, portanto, é suscetível de investigação lógica e científica.[...] Deve-se reconhecer que a Escritura não obstante as significações veladas

---

3. A partir deste momento, utilizarei as seguintes abreviaturas: Teoria Literária = T.L.; Teologia Exegética = T.E.

que as palavras possam ter, *tem apenas uma significação adequada*<sup>4</sup>.

Digno de nota é a vinculação entre a possibilidade de análise dita “lógica e científica” com o sentido único. Por decorrência, divergências interpretativas implicam em lutas para o estabelecimento do sentido e, não poucas vezes, em disputas e acusações. A T.L., e a Crítica Literária de modo mais específico, também se ocupam com sentidos, no entanto, por não trabalharem com textos “sagrados”, estão mais abertas a interpretações variadas.

Isso conduz a outra comparação. Enquanto os sentidos denotativos – primeiro sentido de uma palavra, aquele que é dado pelo dicionário – são centrais para a T.E., os conotativos – sentidos derivados, que não estão ligados diretamente ao termo – atraem os críticos literários. Esse aspecto está na base da discussão sobre o que é “literatura”. Embora seja praticamente impossível defini-la, seu aspecto conotativo é um fato. Uma placa: “É proibido pisar na grama”, não é literatura por ser essencialmente denotativa. Ela diz o que quer dizer, não restando dúvidas sobre o seu sentido. Entretanto, quando lemos no poema de Drummond: “No meio do caminho tinha uma pedra/ tinha uma pedra no meio do caminho<sup>5</sup>” estamos tratando com sentidos outros em relação àqueles próprios de “caminho” e “pedra”. Estes termos remetem a outras significações. Além disso, a combinação dos termos gera um sentido ainda mais distante da mera denotação. Por isso, enquanto uma obra com indeterminações de sentidos é vista como problemática para os teólogos, que buscam exatidão interpretativa, os críticos literários veem tal obra com bons olhos.

As observações acima conduzem a outra de maior densidade. Enquanto a T.E. se preocupa com a historicidade dos textos, isto é, os

4. BERKHOF, Louis. *Princípios de interpretação bíblica*. 2. ed. Tradução de Merval Rosa. São Paulo: JUERP, 1981, p. 60-61, grifo nosso. Há várias reedições, inclusive por outras editoras.

5. ANDRADE, Carlos Drummond de. No meio do caminho. In: *Obra completa*. Rio de Janeiro: Aguilar, 1967, p. 61.

vê como caminhos para a reconstrução histórica dos fatos narrados<sup>6</sup>, devendo, portanto, possuir um caráter literalista, a T.L. se volta para o aspecto comunicativo ou ideológico dos textos. Em outras palavras, o crítico literário se ocupa com a mensagem<sup>7</sup> que determinada ficção pretende levar a seus leitores<sup>8</sup>. Dessa forma, para colocar a questão de modo prático, enquanto um texto denso e de difícil interpretação é visto positivamente pelo crítico literário, pois pode indicar elevado grau de elaboração e diversos níveis de entendimento, o mesmo texto será considerado uma pedra no sapato para o hermenêuta religioso.

Ligada à predominância do historicismo na exegese está a ênfase no autor. Dessa forma: “[...] o significado de um texto deve ser aquele que o autor tinha em mente”<sup>9</sup>. Berkhof é ainda mais enfático: “Uma palavra nunca é compreendida completamente até que se possa entendê-la como palavra viva, isto é, originada da *alma do autor*”<sup>10</sup>. Por decorrência, o trabalho primordial do intérprete é estabelecer o sentido dito original e primeiro do texto bíblico. Parece-me óbvio que a constatação histórica que advém do sem número de comentários sobre os livros bíblicos testifica a dificuldade de recepção de tal proposta.

A T.L., por outro lado, possui um segmento intitulado de “História da Literatura” que se ocupa com os aspectos históricos da produção de obras literárias como a biografia do autor, contexto sócio histórico do escritor e da produção da obra. Atualmente a abordagem não foi des-

6. Pelo mesmo caminho, o criticismo bíblico se preocupa com a negação histórica dos fatos narrados, buscando outros contextos históricos para o surgimento dos textos.

7. Não pretendo negar que para alguns críticos literários o principal aspecto proposto por uma obra de arte é a “fruição” ou o deleite que ela proporciona ao leitor. Mas, de qualquer forma, não deixa de ser um tipo de mensagem.

8. Talvez se possa argumentar que a T.E. também possui essa preocupação quando pensa em termos hermenêuticos. Isso é verdade, mas apenas parcialmente, uma vez que a aplicação de um texto bíblico, para os exegetas e hermenêutas protestantes conservadores, está ligada diretamente com o aspecto literal do texto. Para eles, se um texto não se revestir dessa característica, se não evocar diretamente os fatos que descreve, não se constitui em fonte de edificação que se efetiva com sua aplicação à vida dos leitores ou ouvintes.

9. VIRKLER, Henry A. *Hermenêutica*: princípios e processos de interpretação bíblica. Tradução de Luiz Aparecido Caruso. São Paulo: Editora Vida, 1990, p. 57, grifo do autor.

10. BERKHOF, 1981, p. 120, grifo nosso.



cartada, mas relativizada. Podemos pensar nessa tendência a partir do Formalismo Russo do início do século XX, do Novo Criticismo norte-americano dos anos 1920-50 e do Estruturalismo francês da década de 1960. Esses movimentos, cada uma à sua forma, questionavam o papel central do autor na determinação do sentido de uma obra. Em seu lugar foram colocados o “texto”, principalmente nas tendências acima mencionadas e, mais recentemente, o “leitor”, mediante a História da Leitura, uma vez que, de modo prático, é este que determina o sentido de uma obra. Isso obviamente não significa que o sentido pretendido pelo autor deve ser abandonado, e que toda e qualquer leitura deve ser aceita. A leitura deve ser concebida como momento final proposto pelo texto literário. Mais do que isso, ela será determinada por leituras prévias, por memórias trazidas pelo leitor, e por contextos sociais, culturais, religiosos etc. que motivam diferenças de leitores e de leituras.

A título de esclarecimento, é necessário dizer que as posições da T.E. a respeito dos aspectos históricos e de autoria descritos acima não são criações dos exegetas e hermeneutas, mas sim elementos comuns aos pesquisadores vinculados à literatura durante o século XIX. Naquele momento eram preponderantes, segundo Dominique Maingueneau, os estudos filológicos. Na segunda metade do século XIX:

O filólogo, auxiliar do historiador, tratava o texto antes de tudo como um documento sobre o espírito e os costumes da sociedade da qual se julgava ser a “expressão”. [...] O texto que constitui o ponto de partida era um conjunto de vestígios materiais aos quais falta com frequência uma data, um local de surgimento, a condição de membro de um gênero: Trata-se de um fragmento de romance? De uma narrativa histórica? Por que há contradições entre as diversas versões da obra? Qual era sua forma primitiva? Qual é seu autor? Quando e por que foi escrita?... São perguntas que implicam um perpétuo vaivém entre o texto e seu “contexto histórico”. Uma tal abordagem era fundamentalmente atomista; estudavam-se múltiplos detalhes do texto (um termo, uma fórmula de polidez, um erro de grafia, um traço psicológico de uma personagem etc.) que se relacionava ponto por ponto a seu suposto contexto. Se o conhecimento

da sociedade (obtido através de outros documentos ou de escavações arqueológicas) permitia esclarecer inúmeros pontos opacos do texto, este, por sua vez, permitia também restituir realidades perdidas: basta pensar nos ensinamentos sobre a civilização micênica que se julgava poder obter dos textos de Homero ou na história do povo hebreu, que se pensava reconstituir graças ao estudo atento da Bíblia<sup>11</sup>.

A descrição cabe perfeitamente naquilo que os exegetas praticavam, inclusive com a citação dos estudos da Bíblia no final da citação. O problema é que, enquanto os estudos literários e linguísticos evoluíram, suplantando muitos dos aspectos da filologia, esta ainda continuou preponderante junto à T.E. até os dias de hoje.

Por fim, podemos dizer que o crítico literário possui liberdade para elogiar ou criticar uma obra, desde que justifique seus juízos. Há, nesse caso, uma distância entre crítico e obra que é saudável. A opinião negativa ou positiva não será decisiva no sucesso do livro resenhado. Nessa relação, a obra literária mantém seu papel central. Exemplo claro é a visão negativa dos críticos em relação às obras de Paulo Coelho, o que não impede que ele seja o autor brasileiro mais lido em todo o mundo. O exegeta, por sua vez, em função do caráter sobrenatural atribuído à Bíblia, não dispõe de tal liberdade<sup>12</sup>. Isso gera uma situação concreta: todas as vezes que o intérprete não entender um texto, ou julgá-lo negativamente, o problema não poderá estar no texto. Portanto, o equívoco estará do lado do intérprete.

## **Pontos de contato entre T.E e T.L. no contexto mundial e brasileiro**

Nesse momento, convém lembrar que a T.L. não é desconhecida da T.E. no contexto da exegese europeia e norte-americana. Mas vale

11. MAINGUENEAU, Dominique. *Discurso literário*. Tradução de Adail Sobral. São Paulo: Contexto, 2006, p. 13-14.

12. Cabe lembrar que estou me referindo aos exegetas protestantes conservadores.



observar que o contato entre elas se deu preponderantemente no campo da exegese crítica. Os conservadores, que descrevi acima, de modo geral continuaram com posições próximas da História da Literatura, com óbvios argumentos em prol da autoria mosaica do Pentateuco e paulina das cartas pastorais, por exemplo, e a conseqüente influência de tal opção no estudo dos textos. De modo geral, essa é a posição mantida no contexto exegético e hermenêutico protestante conservador brasileiro.

Para citar os estudos neotestamentários de linha crítica, pelo menos desde o início do século XX os biblistas a utilizam em seus trabalhos. Estudos ligados aos gêneros literários, como os evangelhos, as cartas, Atos dos Apóstolos e o Apocalipse foram desenvolvidos de modo comparativo com literaturas da Antiguidade. Pesquisas a respeito dos gêneros menores como parábolas, relatos de milagres, relatos de aparecimento, textos de controvérsias também se constituíram tendo como parâmetro os estudos literários. Aspectos retóricos foram aplicados à literatura bíblica neotestamentária, como, por exemplo, os estudos de Rudolf Bultmann sobre a diatribe.

Entretanto, a capacidade literária dos autores bíblicos era avaliada negativamente pelos adeptos do criticismo bíblico. Martin Dibelius, um dos fundadores da Crítica das Formas, manifestava um baixo conceito a respeito dos textos do Novo Testamento. Para ele eram “literatura menor” se comparados com a literatura grega clássica e helênica. Dessa forma, segundo Dibelius, os autores neotestamentários não possuíam condições artístico-literárias para produzirem textos que poderiam ser considerados e comparados com as obras de arte do período<sup>13</sup>.

Por influência de tal conceituação por parte da escola crítica, os textos bíblicos foram abordados como uma coleção de fragmentos sem nexos, com acréscimos, duplicações, ausências que testemunhavam a

---

13. Cf. DIBELIUS, Martin. *La Historia de las Formas Evangelicas*. Tradução de Juan Miguel Diaz Rodelas. Valência: EDICEP, 1984.

inabilidade de seus autores. Era de se esperar que, como de fato aconteceu, segmentos conservadores reagissem exacerbando suas colocações a respeito da tarefa exegética e hermenêutica dos intérpretes bíblicos, com o recrudescimento de argumentos ligados à autoria dos textos e discussões que visavam confirmar a inspiração e inerrância das Escrituras.

Pouco depois da Segunda Guerra Mundial, o surgimento da Crítica da Redação trouxe alterações ao quadro, propondo que os autores neotestamentários teriam condições de produzir textos com características literárias, embora a ênfase fosse teológica. A partir da comparação sinótica, que trazia como base teórica a Teoria das Duas Fontes<sup>14</sup>, podemos dizer que os exegetas exercitaram aquilo que é conhecido na Teoria Literária como Literatura Comparada. A comparação dos textos sinóticos não objetivava destacar elementos literários, mas a reconstrução de vivências históricas das comunidades primitivas, como a origem judaica ou gentílica de suas comunidades, a crença ou falta de fé dos leitores, o apoio na luta contra os judeus etc. Como já disse, a predominância de abordagens históricas ainda prevalecia no campo exegético, mantendo a pesquisa literária em um plano secundário.

Algumas décadas depois os exegetas voltaram a fazer incursões no campo literário, agora com referenciais teóricos mais atualizados. Citando novamente as pesquisas no campo neotestamentário, o primeiro texto foi uma introdução ao tema escrito em 1978 por Norman R. Petersen: *Literary Criticism for New Testament Critics*<sup>15</sup>. Seu trabalho foi seguido por vários outros, principalmente relacionados aos evangelhos,

---

14. A teoria propõe a primazia cronológica do evangelho de Marcos sobre Mateus e Lucas. Estes utilizaram para a produção de seus textos Marcos e um documento hipotético intitulado Q (daí o título “Teoria das Duas Fontes”), além de uma fonte específica para cada um deles.

15. PETERSEN, Norman R. *Literary Criticism for New Testament Critics*. Filadélfia: Fortress Press, 1978.

havendo considerável produção a partir dos anos 1980<sup>16</sup>.

Estímulo e ponto de partida para o uso da T.L., de modo particular da Teoria Narrativa, deveu-se à influência do livro do teórico da literatura alemão Erich Auerbach, *Mimesis: a representação da realidade na literatura ocidental*, publicado em 1946<sup>17</sup>. De especial importância para os estudiosos da Bíblia foram os dois primeiros capítulos do livro. No primeiro, “A cicatriz de Ulisses” o autor relaciona narrativas do livro de Gênesis com uma cena presente no canto XIX da *Odisseia*; no segundo capítulo, “Fortunata”, Auerbach coloca em paralelo textos dos evangelhos e um fragmento do romance *Satiricon*, de Petronio, escrito em estilo retórico clássico. A partir da comparação entre as descrições minuciosas das obras grega e latina e a ausência de detalhes dos textos bíblicos, Auerbach propõe que as características da narrativa bíblica se constituem em estratégia literária que convida os leitores a preencherem detalhes e sentidos ausentes nos textos. O crítico aplica sua teoria na análise de Gn 22.1-13. O texto relata o aparecimento de Deus a Abraão exigindo o sacrifício de seu filho Isaque. Nenhuma justificativa é apresentada. O texto narra, de modo silencioso e solene, a viagem de três dias de Abraão e o filho para o lugar onde o sacrifício seria efetivado. Cito um fragmento de Auerbach para ilustrar sua interpretação:

Uma viagem é feita, pois Deus indicara o local onde se consumaria o sacrifício; mas nada é dito acerca dessa viagem, a não ser que durara três dias, e mesmo isto é expresso de forma enigmática: Abraão e sua comitiva partiram “de manhã cedo” e se dirigiram ao lugar do qual Deus lhes havia falado; ao terceiro dia elevou os olhos e viu o lugar de longe. O levantar dos olhos é o único gesto, é propriamente a única coisa que nos é

16. Cf. o capítulo: Estudos literários aplicados à Bíblia: dificuldades e contribuições para a construção de uma relação, do livro que escrevi juntamente com Júlio Zabatiero, *Bíblia, literatura e linguagem*. São Paulo: Paulus, 2011. Há nesse capítulo a indicação de inúmeras obras que aplicam os princípios literários às narrativas bíblicas.

17. Vários autores indicam tal influência. Cf., a título de exemplo, ALTER, Robert; KERMODE, Frank (Orgs.). *Guia literário da Bíblia*. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Editora Unesp. 1997, p. 14.

dita acerca da viagem, e ainda que ele se justifique pelo fato de o local se encontrar num lugar elevado, aprofundada, pela sua própria singeleza, a impressão de vazio da caminhada; é como se, durante a viagem, Abraão não tivesse olhado nem para a direita nem para a esquerda, como se tivesse reprimido todas as manifestações vitais, assim como as dos companheiros, exceto o andar dos seus pés. Desta forma, a viagem é como um silencioso andar através do indeterminado e do provisório, uma contenção do fôlego, um acontecimento que não tem presente e que está alojado entre o que passou e o que vai acontecer, como uma duração não preenchida, que é, todavia, medida: três dias!<sup>18</sup>

Partindo da ausência de detalhes, do não dito, Auerbach, em lugar de criticar essa característica, a vê positivamente e interpreta a caminhada de três dias de Abraão e filho. Para além de aspectos históricos e geográficos, ele vê uma rica manifestação de sentimentos e emoções diante do fim trágico reservado a Isaque. Essa é uma típica interpretação literária que se projeta para além daquilo que o texto diz, indo para seu nível comunicacional, das marcas que o autor quer, através do texto, deixar impressas no leitor.

A obra desse teórico literário não apenas influenciou mais de uma geração de exegetas como os liberou para trabalhar literariamente com os textos bíblicos. Agora eles não eram mais considerados apenas “janelas” que testemunhavam o passado, mas “espelhos” pelos quais o presente poderia ser lido.

Infelizmente, esta influência não tem chegado ao Brasil. É praticamente nula a aplicação dos princípios descritos acima no contexto protestante conservador em virtude da recusa de se abrirem a novas abordagens. A interpretação literária da Bíblia por vezes é considerada pelos conservadores como parte da exegese crítica, com a qual possuem sérias divergências, o que dificulta a análise de sua contribuição aos estudos hermenêuticos e exegéticos.

---

18. AUERBACH, Erich. *Mimesis: a representação da realidade na literatura ocidental*. 4. ed. Tradução de George Bernard Sperber. São Paulo: Perspectiva, 1998, p. 7.

## Sugestão de utilização da T.L. pela T.E. – Estética da Recepção (E.R.)<sup>19</sup> no contexto exegético brasileiro

A citação da obra de Auerbach no item anterior de certa forma antecipa aquilo que viria a ser o axioma da E.R. – que textos propõem aos leitores que preencham seus sentidos. Essa escola teórica surge como consequência lógica do desenvolvimento dos estudos literários. Tais estudos começaram com a ênfase no autor – aspecto biográfico e contextual –, em seguida voltaram-se para o texto – Formalismo Russo, Estruturalismo, Novo Criticismo –, e, por fim, dirigem-se para o leitor na E.R. Obviamente as divisões possuem caráter didático. Ainda hoje é possível e até necessário algum tipo de História Literária, assim como é de fundamental importância a análise cuidadosa das estruturas textuais. O que há de novo é que foi rompida a soberania tanto da construção do texto – autoria – quanto da submissão cega à organização textual – texto. Passou-se a considerar seriamente que o leitor, como consumidor da obra e como aquele que, de modo concreto, é o responsável por sua sobrevivência, é o elemento determinante no processo.

A palestra proferida pelo alemão Hans Robert Jauss na Universidade de Constança, em 1967, é tida como o marco da fundação da E.R. Luiz Costa Lima transcreve um segmento da palestra para que se compreenda sua proposta:

O meu programa para superar a distância entre literatura e história, entre conhecimento histórico e estético, aproveita-se dos resultados finais de ambas as escolas (o formalismo e o marxismo). Os seus métodos vêem o fato literário dentro de um círculo fechado da estética da produção e representação. Prescindem de uma dimensão da literatura, fundamental, dados o seu caráter estético e a sua função social: a dimensão da sua recepção e os efeitos que ela ocasiona<sup>20</sup>.

Uma renovação da historiografia da literatura deve

19. A partir deste momento utilizarei a sigla E.R. para referir-me à Estética da Recepção.

20. JAUSS, H. R. *Literaturgeschichte als Provokation der Literaturwissenschaft*. Konstanz: Universitätsverlag, 1967, p. 37 apud LIMA, Luis Costa. Introdução. In: \_\_\_\_\_ (Org.) *A literatura e o leitor*: Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 11, grifo nosso.

destruir os preconceitos do objetivismo histórico e dar à estética tradicional da produção e representação uma base científica, apoiada na estética da recepção e na sua efetividade<sup>21</sup>.

Nota-se que Jauss não nega os aspectos da história literária, mas desloca a atenção para o nível da recepção dos textos pelos leitores. É necessário salientar, diante do fundamento historicista da T.E., que há uma mudança de enfoque substancial. A exegese protestante conservadora utiliza os textos bíblicos para propor a reconstrução fatural da história, supondo que somente dessa forma a Bíblia pode ser entendida como texto divinamente inspirado e, dessa maneira, atuar com autoridade junto a seus leitores. Estes, por sua vez, assumem uma posição passiva, aguardando que Deus “Ihes fale” por intermédio da leitura das Escrituras, postura que inibe e questiona qualquer tentativa de diálogo com ela. Os conservadores entendem tal diálogo negativamente e veem a proposta como fruto da exegese crítica que, segundo eles, questiona os princípios de autoridade e veracidade bíblica.

A E.R. propõe uma posição do leitor totalmente diferente. Este é o ponto central do processo de leitura e interpretação, visto que o texto, por si mesmo e em sua constituição, requer a participação do leitor para que seu sentido se efetive no contexto histórico de leitura. O texto possui estruturas comunicacionais importantes, o que não significa que seja refém do leitor, que este simplesmente determine seus sentidos, como afirmam alguns críticos da teoria. A organização textual visa a interação com o leitor que dará a última palavra sobre o conteúdo do texto. Em outras palavras, enquanto a T.E. protestante conservadora concebe um leitor passivo, cuja função é entender e aceitar os conteúdos textuais segundo a intenção de seus autores, a E.R. entende ser o leitor elemento central no processo comunicacional proposto pelos textos. Tal proposição será central no momento em que apresentarei um exemplo de análise de texto bíblico mediado pela E.R.

---

21. *Ibid.*, p. 40 apud LIMA, 1979, p. 11, grifo nosso.



Outros autores também participaram da constituição da teoria. Podemos citar o norte-americano Stanley Fish<sup>22</sup>, – embora alguns o vinculem mais ao Reader Response, versão de língua inglesa muito próxima ou mesmo idêntica à E.R., e mais conhecida pelos exegetas<sup>23</sup> –, e outro alemão, Wolfgang Iser. Este afirma:

Os modelos textuais descrevem apenas um pólo da situação comunicativa. Pois o repertório e as estratégias textuais se limitam a esboçar e pré-estruturar o potencial do texto; *cabera ao leitor atualizá-lo para construir o objeto estético*. A estrutura do texto e a estrutura do ato constituem portanto os dois pólos da situação comunicativa; esta se cumpre à medida que o texto se faz presente no leitor como correlato à sua consciência.[...] Se o texto se completa quando o seu sentido é constituído pelo leitor, ele indica o que deve ser produzido; em consequência, ele próprio não pode ser o resultado<sup>24</sup>.

Iser torna clara sua concepção de texto: ele participa de uma situação comunicativa atuando como ponto de partida do processo que tem sua concretização no ato de leitura e de compreensão. As estruturas textuais apelam para estruturas mentais, psicológicas, sociais etc. que orientam a recepção da obra por um leitor concreto no tempo e no espaço.

Regina Zilberman, teórica e crítica da literatura, apresenta uma análise bastante esclarecedora da situação comunicativa a partir de dois elementos centrais para a E.R.: “efeito” e “recepção”.

Todavia, cumpre distinguir entre duas modalidades de relacionamento entre o texto e o leitor: de um lado, ao ser consumida, a obra provoca determinado efeito

22. Cf. seu livro: FISH, Stanley. *Is there a text in this class? The authority of interpretive communities*. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 1980.

23. Provavelmente este é o segmento teórico mais utilizado por exegetas norte-americanos e europeus. Cf. FOWLER, Robert M. *Let the Reader Understand: Reader Response-Criticism and the Gospel of Mark*. Minneapolis: Fortress, 1991; LODGE, John G. *Romans 9-11: a Reader-Response Analysis*. Atlanta: Scholars Press, 1996; IERSEL, Bas M. F. van. *Mark: a Reader-Response Commentary*. Translated by W. SH Bisscheroux. London: T & T Clark, 1998.

24. ISER, Wolfgang. *O ato da leitura*. v. 2. Tradução de Johannes Kretschmer. São Paulo: Editora 34, 1999, p. 9, grifo nosso.

[*Wirkung*] sobre o destinatário; de outro, ela passa por um processo histórico, sendo ao longo do tempo recebida e interpretada de maneiras diferentes – esta é sua recepção [*Rezeption*]<sup>25</sup>.

Dos dois itens identificados por Zilberman, darei preferência ao “efeito”, uma vez que analisarei as estratégias mobilizadas pelos textos a fim de direcionar os leitores.

Obviamente a E.R. não é um bloco monolítico, havendo variantes entre vários de seus teóricos. Entretanto, as considerações gerais aqui apresentadas são suficientes como base teórica para a proposta de utilização do método na análise de textos bíblicos no contexto brasileiro.

Portanto, passo a ilustrar a aplicação do método com o texto bíblico de Lucas 9.57-62 como proposta de diálogo da E.R. aos usuários da T.E. Início com as interpretações do texto por comentários bíblicos que circulam entre os protestantes conservadores no Brasil. Obviamente o objetivo não é fazer uma exegese do texto, mas apenas identificar elementos que sejam úteis para esclarecer os princípios propostos.

Transcrevo o texto a seguir:

v. 57 Indo eles caminho fora, alguém lhe disse: Seguir-te-ei para onde quer que fores. v. 58 as Jesus lhe respondeu: As raposas têm seus covis, e as aves do céu, ninhos; mas o Filho do Homem não tem onde reclinar a cabeça. v. 59. A outro disse Jesus: Segue-me! Ele, porém, respondeu: Permite-me ir primeiro sepultar meu pai. v. 60 Mas Jesus insistiu: Deixa aos mortos o sepultar os seus próprios mortos. Tu, porém, vai e prega o reino de Deus. v. 61 Outro lhe disse: Seguir-te-ei, Senhor; mas deixa-me primeiro despedir-me dos de casa. v. 62 Mas Jesus lhe replicou: Ninguém que, tendo posto a mão no arado, olha para trás é apto para o reino de Deus<sup>26</sup>.

25. ZILBERMAN, Regina. *Estética da Recepção e História da Literatura*. São Paulo: Ática, 1989, p. 64.

26. A versão bíblica utilizada é a tradução protestante: *BÍBLIA Sagrada*. Revista e atualizada. 2. ed. Tradução de João Ferreira de Almeida. Barueri, SP: Sociedade Bíblia do Brasil, 1993.

Apresento algumas observações para a compreensão do contexto em que a passagem está inserida. Ela se encontra no início do bloco que tematiza a viagem de Jesus a Jerusalém onde deverá ser morto e ressuscitar. Em 9.51 o narrador informa: “E aconteceu que, ao se completarem os dias em que devia ele ser assunto ao céu, manifestou, no semblante, a intrépida resolução de ir para Jerusalém”. No contexto próximo Jesus havia anunciado que passaria por sofrimentos, morte e ressuscitaria (9.22) e que, do mesmo modo, aqueles que desejavam segui-lo deveriam estar dispostos a sofrer e mesmo morrer (9.23). Jesus reforça a mensagem fazendo nova predição sobre sua morte (9.44). O contexto apresenta a temática que dá sentido à viagem de Jesus para Jerusalém: é uma caminhada em direção ao cumprimento de sua missão – morrer e ressuscitar, e todo aquele que deseja segui-lo deve estar disposto a compartilhar tal destino. É a partir dessa compreensão que o texto escolhido deve ser lido. Nele Jesus dialoga com três pessoas a respeito do discipulado. Todos eles, de alguma forma, não compreendem o real sentido de associar-se a Jesus e são rejeitados.

Para os objetivos deste trabalho, interessa a forma como o narrador se refere aos personagens que dialogam com Jesus. Nenhum deles é nomeado. Eles são simplesmente indicados pelos pronomes indefinidos “alguém” (*tis* - v. 57) e “outro” (*héteron* - v. 59 e 61)<sup>27</sup>. O que os comentaristas dizem a esse respeito?

Apresento dois comentários de autores de linha teológica conservadora que foram traduzidos por editoras protestantes brasileiras e que são populares entre professores de seminário, seminaristas, pregadores e lideranças leigas. O primeiro é o do australiano Leon Morris, publicado originalmente em 1974 na Inglaterra, e no Brasil pela editora Vida Nova (dirigida por batistas) em 1983, com várias reedições; o segundo é o de William Hendriksen, holandês que viveu e desenvolveu carreira nos EUA, publicado nesse país em 1978, e no Brasil em 2003 pela editora

27. Cf. ALAND, K. et al (Eds). *The Greek New Testament*. 4<sup>a</sup> ed. rev. Stuttgart: Deutsche Bibelgesellschaft, 1994, p. 241.

Cultura Cristã (pertencente à Igreja Presbiteriana do Brasil).

Sobre os três homens anônimos, diz Morris: Enquanto Jesus viajava, Lucas nos conta que alguns anunciaram sua intenção de segui-lo [...] o primeiro homem expressa sua disposição para seguir [...] O segundo homem foi chamado por Jesus [...] O terceiro homem, como o primeiro, ofereceu seus serviços”<sup>28</sup>.

Hendriksen, por sua vez, comenta:

Com respeito ao primeiro aspirante, o que ele disse a Jesus é na realidade uma declaração notável, especialmente vinda, segundo afirma Mateus, de um escriba<sup>29</sup>.

Enquanto o primeiro aspirante ofereceu-se a seguir Jesus, a este homem Jesus pede que o siga.[...] No sentido mais amplo do termo, ele, portanto, era um discípulo de Jesus<sup>30</sup>.

E agora o terceiro aspirante, aquele cujo caso se acha descrito somente em Lucas:[...]<sup>31</sup>.

Uma vez que a tarefa do exegeta é explicar, esclarecer o sentido dos textos antigos para os leitores modernos, os dois citados acima se encontram em dificuldade. Afinal, Morris rende-se à falta de informação textual indicando simplesmente que “alguns anunciaram sua intenção de segui-lo”, citando-os, a seguir, simplesmente pelo designativo “homem”. O autor não apresenta nenhuma reflexão a respeito de quem são esses homens e a razão de não serem nomeados. Hendriksen, por sua vez, procura caminhos alternativos. Tenta especificar a posição daqueles com quem Jesus dialoga classificando-os como “aspirantes”. Faz uso do texto paralelo que se encontra em Mateus 8.18-22, uma vez que apenas nele se esclarece que o primeiro homem a procurar Jesus é um “escriba”. A conclusão de que a segunda pessoa com quem Jesus dialoga é

28. MORRIS, Leon. *Lucas*. Introdução e comentário. Tradução de Gordon Chown. São Paulo: Vida Nova, 1983 (Série Cultura Bíblica), p. 170-171.

29. HENDRIKSEN, William. *Lucas*. v. 2. Tradução de Walter Graciano Martins. São Paulo: Cultura Cristã, 2003 (Série: Comentário do Novo Testamento), p. 49, grifo do autor.

30. *Ibid.*, p. 50.

31. *Ibid.*, p. 53.

um “discípulo” não deriva apenas da solicitação para seguir o mestre, como indicado por Hendriksen, mas está expressa no texto de Mateus, que certamente constitui o fundamento da afirmação do exegeta (“E outro dos discípulos lhe disse [...] Mt 8.21).

Na missão de explicar o texto, os comentaristas desconsideram seu aspecto estético, em nenhum momento questionando o motivo da ausência de nomeações. Embora Hendriksen apresente alguns avanços interpretativos, o caminho escolhido é equivocado, uma vez que utiliza o texto paralelo em Mateus para complementar as informações ausentes em Lucas. Ao fazê-lo demonstra, mesmo que não declaradamente, que o texto de Lucas não possui unidade interna, necessitando, dessa forma, de um apoio externo.

Voltando-nos para uma abordagem literária ao texto, cabe uma observação feita por Robert Alter a respeito das narrativas bíblicas:

[...] a narrativa bíblica não contém análises minuciosas de causas ou razões, nem entra em detalhes a respeito de processos psicológicos; somente nos concede indicações mínimas acerca de sentimentos, atitudes e intenções, e oferece-nos pouquíssimas informações sobre o aspecto físico, a gesticulação e os trejeitos, a roupa e os instrumentos usados pelos personagens, o ambiente físico em que eles cumprem seus destinos<sup>32</sup>.

Não há dúvidas, penso, que a citação se aplica ao texto de Lucas que estamos analisando. Mais do que isso. Com a indefinição dos nomes de seus personagens, a passagem intensifica a ausência de detalhes característica da narrativa bíblica. O esclarecimento é fundamental para que não julguemos que o texto estudado é uma exceção dentro do quadro mais amplo das narrativas bíblicas. Pelo contrário, ele exemplifica a característica geral de despojamento da narrativa bíblica, seja ela do Antigo ou do Novo Testamento.

---

32. ALTER, Robert. *A arte da narrativa bíblica*. Tradução de Vera Pereira. São Paulo: Cia. das Letras, 2007, p. 174. Embora o autor se refira ao Antigo Testamento, a citação pode ser aplicada igualmente a textos do Novo Testamento.

Disto isso, pergunto: como a E.R. pode contribuir para solucionar o problema da ausência dos nomes no texto bíblico? Em primeiro lugar, não considerando-a um problema. Uma vez que na E.R. textos são analisados em seu processo comunicativo, tanto a presença como a ausência de informações devem ser entendidas como agentes desse processo. Em segundo lugar, deve-se perguntar pelo impacto que o texto opera no leitor. A ausência de nomes desperta que tipo de reação? Provavelmente de incerteza, uma vez que é natural que busquemos conhecer todos os detalhes nas histórias que lemos<sup>33</sup>. Em último lugar, no contexto do diálogo entre texto e leitor, a pergunta pela ausência de nome suscita outra questão: se os personagens não são nomeados, isso significa que eles, em lugar de representarem apenas um sujeito histórico que desconheço, podem, no plano narrativo, representar “qualquer” sujeito?

Vamos explorar melhor as duas perguntas do parágrafo anterior. Qual o impacto, ou para utilizar o termo da E.R., qual “efeito” o texto gera no leitor? Essa questão se insere na linha de interpretação do texto de Gênesis apresentada por Auerbach mencionada anteriormente. A ausência de informações a respeito da viagem de três dias leva o leitor a imaginar o sofrimento, as agruras vivenciadas por Abraão enquanto caminha em direção ao local de execução de Isaque. Dessa forma, o leitor completa uma ausência narrativa não apenas com sua imaginação, mas também com a interação de sua experiência como ser humano. Muito provavelmente o leitor não experimentou situação semelhante à de Abraão, apesar disso, conhece o sofrimento humano, sabe, por experiência própria ou não, o que significa para um pai ver-se frente à possibilidade de perder um filho. Isso significa que a operação textual de omissão de dados não apenas desperta uma reação no leitor como também se efetiva por intermédio de sua experiência. É o que Wolfgang Iser, em citação anterior, afirma ser a ativação da “consciência” do leitor.

---

33. Esse é um problema para a T.E. em seu objetivo de esclarecer o sentido dos textos. Por isso, procura solucioná-lo. A E.R. opera de forma oposta, considerando a ausência como elemento estético e comunicativo que visam a reação do leitor.



É essa instância última da realidade humana que o move à ação.

E é exatamente a consciência, responsável por nossa auto definição e escolhas morais, que me leva a refletir sobre a última pergunta. A indefinição dos sujeitos na narrativa questiona o leitor, em um aspecto moral, de auto exame, a respeito de seu envolvimento com o texto. A narrativa convoca o leitor a ocupar os lugares em aberto. Em um processo de atualização, seu nome deve constar na narrativa. Ele será o primeiro, o segundo ou o terceiro homem com quem Jesus dialoga? Temos aqui a ação, objetivo último da situação comunicativa engendrada pelos textos, segundo a E.R.

O resultado prático da análise proposta é que, diferentemente do que acontece com a T.E., que determina o sentido dos textos a partir de seus conteúdos e de contextos históricos que contribuem com explicações contextuais, movendo-se na tentativa de explicar o significado do texto em seu contexto de produção, a E.R. desloca a determinação do sentido do texto para sua recepção, que se efetiva com o efeito produzido na consciência do leitor, que o dirige do impacto estético da construção textual para a tomada de posição diante daquilo que lê. O texto é um guia para tal decisão? Sim, ele é importante nesse aspecto, evitando que mal entendidos levem a considerar que a E.R. propõe um relativismo absoluto, no qual leitores entendem a seu bel prazer os textos. Pelo contrário! Os textos atuam nos leitores. Mas são estes que possuem a última palavra, e esta deve ser uma ação movida pela consciência que é tocada pelo texto.

## **Conclusão**

Este trabalho analisou as características da T.E. e as da T.L. visando colocá-las à mesa para um diálogo que se pretende produtivo. Obviamente tenho consciência de que tal diálogo não começa aqui. Ele, de formas variadas, já se desenvolve em outros contextos, principalmente norte-americano e europeu. No Brasil, no entanto, principalmente em

segmentos protestantes conservadores, que foram o foco de análise, o diálogo é praticamente inexistente.

Não proponho a substituição da T.E. pela T.L., de modo específico pela E.R. Pelo contrário. A exegese e a hermenêutica bíblicas são anciãs se comparadas com a T.L. e muito mais em relação à E.R. No entanto, do mesmo modo que os idosos ensinam os mais novos com sua experiência, eles também aprendem com a jovialidade destes. Penso que é nesse contexto que devemos analisar as contribuições trazidas pela E.R. à T.E.

Do ponto de vista prático, procurando sintetizar o que tentei demonstrar, a T.E., ao utilizar a E.R., pode encontrar um caminho para que textos bíblicos com séculos e mesmo milênios de existência, que falaram para ouvintes de séculos atrás e em contextos diferenciados daqueles em que vivemos, sejam atualizados e se revistam de uma capacidade renovada de motivar, questionar, mover leitores. Esse é um “efeito” esperado em textos, principalmente os bíblicos.

## Referências

- ALAND, K. et al (Eds). The Greek New Testament. 4<sup>a</sup>. ed. rev. Stuttgart: Deutsche Bibelgesellschaft, 1994.
- ALTER, Robert. A arte da narrativa bíblica. Tradução de Vera Pereira. São Paulo: Cia. das Letras, 2007.
- \_\_\_\_\_; KERMODE, Frank (Orgs.). Guia literário da Bíblia. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Editora Unesp. 1997.
- ANDRADE, Carlos Drummond de. No meio do caminho. In: Obra completa. Rio de Janeiro: Aguilar, 1967.
- AUERBACH, Erich. Mimesis: a representação da realidade na literatura ocidental. 4. ed. Tradução de George Bernard Sperber. São Paulo: Perspectiva, 1998.
- BERKHOF, Louis. Princípios de interpretação bíblica. 2. ed. Tradução de Merval Rosa. São Paulo: JUERP, 1981.
- BÍBLIA Sagrada. Revista e atualizada. 2. ed. Tradução de João Ferreira de Almeida. Barueri, SP: Sociedade Bíblia do Brasil, 1993.

- DIBELIUS, Martin. *La Historia de las Formas Evangelicas*. Tradução de Juan Miguel Diaz Rodelas. Valência: EDICEP, 1984.
- EAGLETON, Terry. *Marxismo e crítica literária*. Tradução de Matheus Corrêa. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- FISH, Stanley. *Is there a Text in this Class? The authority of interpretive communities*. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 1980.
- FOWLER, Robert M. *Let the Reader Understand: Reader Response-Criticism and the Gospel of Mark*. Minneapolis: Fortress, 1991.
- HENDRIKSEN, William. *Lucas. v. 2*. Tradução de Walter Graciano Martins. São Paulo: Cultura Cristã, 2003 (Série: Comentário do Novo Testamento).
- IERSEL, Bas M. F. van. *Mark: a Reader-Response Commentary*. Translated by W. SH Bisscheroux. London: T & T Clark, 1998.
- ISER, Wolfgang. *O ato da leitura. v. 2*. Tradução de Johannes Kretschmer. São Paulo: Editora 34, 1999.
- JAUSS, H. R. *Literaturgeschichte als Provokation der Literaturwissenschaft*. Konstanz: Universitätsverlag, 1967.
- LEONEL, João. *Estudos literários aplicados à Bíblia: dificuldades e contribuições para a construção de uma relação*. In: \_\_\_\_\_. ZABATIERO, Júlio. *Bíblia, literatura e linguagem*. São Paulo: Paulus, 2011.
- \_\_\_\_\_. *Ciências Sociais, Teoria Literária e o Evangelho de Mateus: história da pesquisa brasileira*. Oracula, Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, SP, v. 5, n. 9, p. 106-127, 2009.
- LIMA, Luis Costa. *Introdução*. In: \_\_\_\_\_. (Org.) *A literatura e o leitor*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 9-36.
- LODGE, John G. *Romans 9-11: a Reader-Response Analysis*. Atlanta: Scholars Press, 1996.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Discurso literário*. Tradução de Adail Sobral. São Paulo: Contexto, 2006.
- MORRIS, Leon. *Lucas. Introdução e comentário*. Tradução de Gordon Chown. São Paulo: Vida Nova, 1983 (Série Cultura Bíblica).
- PETERSEN, Norman R. *Literary Criticism for New Testament Critics*. Filadélfia: Fortress Press, 1978.
- VIRKLER, Henry A. *Hermenêutica: princípios e processos de interpretação bíblica*. Tradução de Luiz Aparecido Caruso. São Paulo: Editora Vida, 1990.
- ZILBERMAN, Regina. *Estética da Recepção e História da Literatura*. São Paulo: Ática, 1989.